



Simulado Especial

TJ BA

Técnico Judiciário - Escrevente
de Cartório

Pós-Edital

Simulado

Simulado TJ BA (Técnico Judiciário - Escrevente de Cartório)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso TJ BA (Técnico Judiciário - Escrevente de Cartório);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-TJ-BA-06-05>

- | | | | | |
|------------|------------|------------|------------|------------|
| 01 - ABCDE | 13 - ABCDE | 25 - ABCDE | 37 - ABCDE | 49 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 14 - ABCDE | 26 - ABCDE | 38 - ABCDE | 50 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 15 - ABCDE | 27 - ABCDE | 39 - ABCDE | 51 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 16 - ABCDE | 28 - ABCDE | 40 - ABCDE | 52 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 17 - ABCDE | 29 - ABCDE | 41 - ABCDE | 53 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 18 - ABCDE | 30 - ABCDE | 42 - ABCDE | 54 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 19 - ABCDE | 31 - ABCDE | 43 - ABCDE | 55 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 20 - ABCDE | 32 - ABCDE | 44 - ABCDE | 56 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 21 - ABCDE | 33 - ABCDE | 45 - ABCDE | 57 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 22 - ABCDE | 34 - ABCDE | 46 - ABCDE | 58 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 23 - ABCDE | 35 - ABCDE | 47 - ABCDE | 59 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 24 - ABCDE | 36 - ABCDE | 48 - ABCDE | 60 - ABCDE |

LÍNGUA PORTUGUESA*Adriana Figueiredo***TEXTO**

O PRIMEIRO... problema que as árvores parecem propor-nos é o de nos conformarmos com a sua mudez. Desejaríamos que falassem, como falam os animais, como falamos nós mesmos. Entretanto, elas e as pedras reservam-se o privilégio do silêncio, num mundo em que todos os seres têm pressa de se desnudar. Fiéis a si mesmas, decididas a guardar um silêncio que não está à mercê dos botânicos, procuram as árvores ignorar tudo de uma composição social que talvez se lhes afigure monstruosamente indiscreta, fundada que está na linguagem articulada, no jogo de transmissão do mais íntimo pelo mais coletivo. Grave e solitário, o tronco vive num estado de impermeabilidade ao som, a que os humanos só atingem por alguns instantes e através da tragédia clássica. Não logramos comovê-lo, comunicar-lhe nossa intemperança. Então, incapazes de trazê-lo à nossa domesticidade, consideramo-lo um elemento da paisagem, e pintamo-lo. Ele pende, lápis ou óleo, de nossa parede, mas esse artifício não nos ilude, não incorpora a árvore à atmosfera de nossos cuidados. Capturamos a natureza das árvores. O fumo dos cigarros, subindo até o quadro, parece vagamente aborrecê-la, e certas árvores de Van Gogh, na sua crispação, têm algo de protesto. De resto, o homem vai renunciando a esse processo de captura da árvore através da arte. Uma revista de vanguarda reúne algumas dessas representações, desde uma tapeçaria persa do século IV, onde aparece a palmeira heráldica, até Chirico, o criador da árvore genealógica do sonho, e dá a tudo isso o título: Decadência da Árvore. Vemos através desse documentário que num Claude Lorrain da Pinacoteca de Munique, Paisagem com Caça, a árvore colossai domina todo o quadro, e a confusão de homens, cães e animal acuado constitui um incidente mínimo, decorativo. Já em Picasso a árvore se torna raríssima, e a aventura humana seduz mais o pintor do que o fundo natural em que

ela se desenvolve. O que será talvez um traço da arte moderna, assinalado por Apollinaire, ao escrever: "Os pintores, se ainda observam a natureza, já não a imitam, evitando cuidadosamente a reprodução de cenas naturais observadas ou reconstituídas pelo estudo... Se o fim da pintura continua a ser, como sempre foi, o prazer dos olhos, hoje pedimos ao amador que procure tirar dela um prazer diferente do proporcionado pelo espetáculo das coisas naturais". Renunciamos assim às árvores, ou nos permitimos fabricá-las à feição dos nossos sonhos, que elas, polidamente, se permitem ignorar.

(Adaptado de: ANDRADE, Carlos Drummond de. "A árvore e o homem", em Passeios na Ilha, Rio de Janeiro: José Olympio, 1975, p. 7-8)

01. De acordo com o autor do texto,

- a) É privilégio do ser humano a capacidade de comunicação.
- b) Em Picasso, por ser rara, a natureza se evidencia como o essencial de sua arte
- c) O ser humano domestica a natureza ao categorizá-la como arte.
- d) Diferentemente dos animais, as árvores são incapazes de se comunicar.
- e) O compartilhamento de intimidade na socialização parece indiscreto às árvores.

02. Depreende-se dos três últimos períodos do texto que:

- a) O amador é aquele incapaz de atrair o desejo para o natural.
- b) Uma crítica aos artistas modernos.
- c) A cópia do natural já não encontra mais espaço na arte, cabendo apenas a interpretação do artista.
- d) Quadros que retratam árvores ficaram no passado.
- e) O fim da pintura enquanto arte está próximo.

03. Transpondo-se para a voz passiva a frase *Capturamos a natureza das árvores*, obtém-se a forma verbal

- a) são capturadas
- b) é capturada
- c) foram capturadas
- d) tem sido capturada
- e) será capturada

04. “Fiéis a si mesmas, decididas a guardar um silêncio que não está à mercê dos botânicos, procuram as árvores ignorar tudo de uma composição social”

Como recurso de coesão, pode-se substituir os elementos sublinhados por:

- a) guardá-lo / procuram-nas
- b) guardar-lo / procuram elas
- c) guardar-lhe / procuram-nas
- d) guardá-lo / procuram elas
- e) guardá-lhe / procuram-nas

05. Está inadequado o emprego do verbo **propor** na frase:

- a) O poeta ficará surpreso se as árvores lhe proporem algum problema;
- b) O poeta não acredita que as árvores lhe proponham algum problema;
- c) O poeta não acreditava que as árvores lhe propusessem algum problema;
- d) O poeta ficava surpreso quando as árvores lhe propunham algum problema;
- e) O poeta fica surpreso quando as árvores lhe propõem algum problema.

06. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

- a) Não ocorrerão investigação satisfatória sem a análise das minúcias e sem o depoimento das testemunhas.
- b) A beleza fugaz da natureza invadida pelo homem não condizem com as releituras artísticas já feitas.
- c) O que importam nessas estreias são os diferentes públicos que prestigiam.
- d) A determinação de um povo e a coragem de seu líder mostram-se capazes de romper barreiras.
- e) Torcemos para que hajam conquistas relevantes para as duas equipes.

07. Está plenamente adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:

- a) Os termos com que discordaram os gerentes será revisto.
- b) Os funcionários aos quais apontou como suspeitos estão em observação.
- c) Os alunos de cujos feitos nos orgulhamos foram bem classificados no concurso.
- d) O conto o qual não se lembravam foi o vitorioso na mostra artística.
- e) O júri no qual fazemos parte será recompensado pelo serviço prestado.

08. “Então, incapazes de trazê-lo à nossa domesticidade, consideramo-lo um elemento da paisagem, e pintamo-lo”.

Os pronomes destacados no trecho acima fazem referência:

- a) às árvores
- b) ao tronco
- c) ao jogo de transmissão
- d) ao coletivo
- e) ao fumo

09. Assinale a alternativa que apresenta o vocábulo destacado em “Não importa o grau de consciência política **que** o indivíduo possui” com o mesmo comportamento morfossintático.

- a) “É fácil de constatar que as ideias...”
- b) “conseguir que cada indivíduo se torne autônomo”
- c) “quanto as que terão consequências coletivas”
- d) É o caminho que devemos construir
- e) “...preocupações que atormentam o homem...”

10. De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, o acento indicador de crase é obrigatório na palavra destacada em:

- a) **Aqueles** que me incentivaram devo o meu agradecimento.
- b) O aquecimento global agravou **a** situação climática de todos os países.
- c) Em relação **a** compras no cartão, ninguém conseguia se organizar.
- d) Encontraram **aqueles** que se diziam heróis.
- e) Os jovens soldados deviam obediência **a** superiores na hierarquia.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocellin

11. Suponha que, em um setor do TJ BA, 60% dos servidores usam relógio. Considerando que, do total de servidores, 60% são do sexo masculino e, destes, 40% usam relógio, a porcentagem de servidores do sexo feminino que usam relógio com relação ao total de servidores do setor é:

- a) 24%
- b) 28%
- c) 32%
- d) 36%
- e) 38%

12. Considere que X é o produto $3498356816 \times 3251334248$. O resto da divisão de X por 5 é igual a:

- a) 0
- b) 1
- c) 2
- d) 3
- e) 4

13. Se Marcos é engenheiro, então João é carpinteiro. Se Leonardo é concursado, então João não é carpinteiro. Se Leonardo não é concursado, então Natan é fazendeiro. Sabe-se que Natan não é fazendeiro. A partir dessas informações é possível concluir corretamente que

- a) Leonardo é concursado ou Marcos é engenheiro
- b) Marcos é engenheiro ou João é carpinteiro.
- c) João é carpinteiro e Natan não é fazendeiro.
- d) Marcos não é engenheiro e Leonardo não é concursado.
- e) João não é carpinteiro e Leonardo não é concursado.

14. Observe a sequência a seguir:

$$\frac{1}{2023}; \frac{3}{2022}; \frac{9}{2019}; \frac{27}{2010}; \frac{81}{1983}; \dots$$

Mantendo-se o padrão da sequência, considere que X é a primeira fração maior do que 1. O valor de $X - 1$ é:

- a) $\frac{45}{490}$
- b) $\frac{750}{685}$
- c) $\frac{684}{850}$
- d) $\frac{1257}{930}$
- e) $\frac{1280}{1659}$

15. Corujêncio, renomado professor de estatística, estudou uma amostra relativa a notas obtidas por seus alunos em uma prova.

A amostra, composta por cinco notas, é a seguinte: 5, 10, 6, 4 e 5.

A variância amostral das notas é igual a:

- a) 4,4
- b) 4,8
- c) 5,5
- d) 6,3
- e) 6,6

LEGISLAÇÃO

Tiago Zanolla

16. A respeito da divisão judiciária do estado da Bahia, consoante a Lei n. 10.845/2007, julgue as questões a seguir.

- a) Cada comarca corresponderá a um Município.
- b) Os municípios que não forem sedes de comarcas serão qualificados como distritos judiciários.
- c) Circunscrição Judiciária, o agrupamento de Comarcas e Regiões Judiciárias.
- d) À instalação da Comarca precederá, pelo menos, o provimento de um cargo de Juiz, um de Escrivão, um de Tabelião, um de Oficial de Justiça Avaliador e dois de Escrevente de Cartório.
- e) As comarcas classificam-se em 3 (três) entrâncias, denominadas: inicial, intermediária e final.

17. A classificação e a reclassificação das Comarcas, por entrâncias, dependerão de lei, e obedecerão a fatores objetivos, relacionados com a extensão territorial, o número de habitantes, o colégio eleitoral, o movimento forense e a receita tributária, observado, no caso de elevação de entrância inicial para intermediária a população mínima de mais de

- a) 25.000 mil habitantes
- b) 35.000 mil habitantes
- c) 50.000 mil habitantes
- d) 55.000 mil habitantes
- e) 80.000 mil habitantes

18. São órgãos do Poder Judiciário do Estado da Bahia, exceto

- a) O Tribunal de Justiça
- b) Os Juízes de Paz
- c) Os Juízes de Direito
- d) As Turmas Recursais dos Juizados Especiais
- e) O Conselho Superior da Magistratura

19. Consoante o Regime Jurídico dos Servidores do Estado da Bahia, não é forma de provimento

- a) nomeação
- b) reintegração
- c) aproveitamento
- d) recondução
- e) promoção

20. Acerca das regras de eleição consubstanciadas no Regimento Interno, a eleição para Presidente do Tribunal será

- a) realizada em sessão convocada para a segunda sexta-feira do mês de dezembro, ou, não havendo expediente, no primeiro dia útil imediato, com a presença de dois terços dos membros efetivos do Tribunal. Não havendo quórum, considerar-se-á a sessão convocada para os dias úteis subsequentes até que se efetue a eleição.
- b) realizada em sessão convocada para a primeira sexta-feira do mês de dezembro, ou, não havendo expediente, no primeiro dia útil imediato, com a presença de dois terços dos membros efetivos do Tribunal. Não havendo quórum, considerar-se-á a sessão convocada para os dias úteis subsequentes até que se efetue a eleição.
- c) realizada em sessão convocada para a segunda sexta-feira do mês de novembro, ou, não havendo expediente, no primeiro dia útil imediato, com a presença de dois terços dos membros efetivos do Tribunal. Não havendo quórum, considerar-se-á a sessão convocada para os dias úteis subsequentes até que se efetue a eleição.
- d) realizada em sessão convocada para a segunda sexta-feira do mês de dezembro, ou, não havendo expediente, no primeiro dia útil imediato, com a presença de maioria absoluta membros efetivos do Tribunal. Não havendo quórum, considerar-se-á a sessão convocada para os dias úteis subsequentes até que se efetue a eleição.
- e) realizada em sessão convocada para a segunda sexta-feira do mês de dezembro, ou, não havendo expediente, na primeira sexta-feira útil subsequente, com a presença de dois terços dos membros efetivos do Tribunal. Não havendo quórum, considerar-se-á a sessão convocada para os dias úteis subsequentes até que se efetue a eleição.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

21. Analise a narrativa a seguir.

- I. Um grupo de vinte e sete Senadores subscreveu proposta de emenda constitucional;
- II. A proposta tinha como objetivo adotar a forma unitária de Estado;
- III. Parte do país foi atingida por calamidade natural de grande proporção nesse período;
- IV. A proposta foi aprovada, em dois turnos de votação, em cada Casa do Congresso Nacional, pelo voto de dois terços dos respectivos membros;
- V. A proposta foi promulgada pelo Mesa do Congresso Nacional.

Considerando a forma de exercício do poder constituinte derivado, é correto afirmar que somente estão em harmonia com a sistemática constitucional os itens

- a) I, III e IV
- b) I, IV e V
- c) I e III
- d) III e IV
- e) II e V

22. Considere as seguintes normas do texto constitucional:

Art. 8º, inciso IV – “A assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei”.

Art. 5º, inciso XXII – “É garantido o direito de propriedade”.

Art. 196 – “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Assinale a alternativa que indica, correta e respectivamente, a classificação das normas constitucionais elencadas no tocante à sua eficácia.

- a) Norma de eficácia contida, norma de eficácia plena e norma programática;
- b) Norma de eficácia limitada, norma de eficácia contida e norma de eficácia plena;
- c) Norma programática, norma de eficácia limitada e norma de eficácia contida;
- d) Norma de eficácia plena, norma de eficácia contida e norma de eficácia limitada de princípio programático;
- e) Norma de eficácia plena, norma de eficácia contida e norma de eficácia limitada de princípio institutivo.

23. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos. A respeito dos direitos políticos e do sistema democrático adotado no Brasil, é correto afirmar:

- a) O militar alistável somente é elegível se afastado da atividade.
- b) A perda de direitos políticos só se dará no caso de condenação criminal.
- c) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- d) São características do voto a personalidade, a obrigatoriedade, a liberdade, a publicidade e a periodicidade.
- e) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para analfabetos, brasileiros maiores de 16 anos e menores de 18 anos e brasileiros maiores de 65 anos.

24. Acerca do Poder Judiciário, está INCORRETO o que se afirma em:

- a) Os juízes gozam de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio.
- b) As propostas orçamentárias elaboradas pelos Tribunais podem ser discricionariamente alteradas pelo Poder Executivo.
- c) O acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antiguidade e merecimento, alternadamente, apurados na última ou única entrância.
- d) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- e) Compete aos juízes federais o julgamento dos crimes contra a organização do trabalho.

25. A respeito do Ministério Público, indique a assertiva correta.

- a) O Ministério Público abrange o Ministério dos Estados e o Ministério Público Federal, que compreende o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- b) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes de lista tríplice elaborada pelo próprio Ministério Público, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- c) É função institucional do Ministério Público a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados.
- d) O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, vedada a recondução.
- e) Unidade, indivisibilidade e independência funcional são princípios institucionais do Ministério Público.

26. Acerca do controle de constitucionalidade, marque a alternativa INCORRETA.

- a) Por força do princípio da subsidiariedade, a arguição de descumprimento de preceito fundamental só será admitida se não couber, na hipótese, outro meio capaz de sanar a lesividade.
- b) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.
- c) Para que a ação declaratória de constitucionalidade seja admitida, será preciso demonstrar, na petição inicial, que existe controvérsia doutrinária ou judicial a respeito da interpretação ou da aplicação da lei ou do ato normativo federal.
- d) Observado o prazo legal, para reformular o acórdão proferido em ação direta de inconstitucionalidade, qualquer legitimado ativo da ação poderá apresentar ação rescisória.
- e) Nem todos os que podem propor ação direta de inconstitucionalidade são legitimados à propositura da ação declaratória de constitucionalidade.

27. Diego é italiano nato e brasileiro naturalizado. Em 2020, praticou o crime de homicídio na Itália. Em 2022, a Itália solicitou ao Brasil a extradição de Diego. Sabendo que o crime fora praticado na Itália após Diego ter se naturalizado brasileiro, indique a assertiva correta, como prescreve a Constituição Federal.

- a) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os pedidos de extradição formulados por Estados estrangeiros.
- b) A Constituição Federal não admite a extradição de brasileiros.
- c) A Constituição Federal apenas permite extradição de brasileiro naturalizado por crime praticado antes da naturalização.
- d) Diego poderá ser extraditado, desde que cumpridas as formalidades da lei brasileira.
- e) Diego não poderá ser extraditado do Brasil, porque o crime de homicídio foi praticado após a naturalização, momento em que a Constituição Federal apenas admite a extradição por tráfico ilícito de substância entorpecente e drogas afins.

28. A respeito do Poder Executivo, aponte a assertiva que contém competência do Presidente da República delegável ao Advogado-Geral da União.

- a) vetar projetos de lei, total ou parcialmente;
- b) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.
- c) decretar e executar a intervenção federal.
- d) nomear membros do Conselho da República.
- e) conferir títulos e condecorações.

29. A respeito da competência para legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente, indique a alternativa correta, conforme disposto na Constituição Federal.

- a) Compete privativamente à União legislar sobre dano ao meio ambiente, embora a competência para legislar sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição seja concorrente.
- b) Sendo a responsabilidade por dano ao meio ambiente decorrente dos assuntos de interesse regional, conforme a realidade do lugar, a competência legislativa é privativa dos estados e do Distrito Federal.
- c) A União, mediante lei complementar, poderá delegar aos estados e ao Distrito Federal a competência para legislar sobre assuntos específicos pertinentes ao dano ao meio ambiente.
- d) A competência para legislar sobre dano ao meio ambiente é concorrente, cabendo à União dispor sobre as normas gerais e, aos estados, sobre as normas específicas.
- e) As normas gerais supervenientes editadas pela União acerca do tema revogam as leis estaduais nos pontos contrários.

30. A criação de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum é competência

- a) dos Estados, mediante lei complementar.
- b) da União, por lei complementar.
- c) do Município, mediante lei.
- d) da União, por lei aprovada pelo Congresso Nacional.
- e) dos Estados, por lei aprovada pela Assembleia Legislativa.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Fabiano Pereira*

31. Em relação às características das entidades da Administração Pública Indireta, assinale a alternativa correta:

- a) As Fundações Públicas de Direito Público dispõem de imunidade tributária e possuem o seu regime de pessoal celetista;
- b) O foro judicial da Sociedade de Economia Mista Federal, quando na condição de ré em ações judiciais, é a Justiça Estadual;
- c) Todos aqueles que possuem créditos a receber de autarquias deverão promover a cobrança no prazo máximo de 02 (dois) anos, sob pena de prescrição;
- d) Atualmente, caso as Empresas Públicas desejem realizar uma licitação, estarão proibidas de observar as regras da Lei n.º 14.133/21;
- e) Os bens das empresas públicas são considerados públicos, portanto, são considerados impenhoráveis, imprescritíveis e inalienáveis.

32. A Secretaria Ambiental da Prefeitura de Salvador publicou uma portaria com vício de forma. Em seguida, editou ato administrativo concedendo licença e férias à servidora Laura, mesmo ela não tendo direito à licença. Mais tarde, a Secretaria publicou uma nova portaria, sem vício de forma, convalidando a anterior, e um novo ato administrativo, mantendo apenas a concessão das férias à servidora Laura.

No caso fictício em tela ocorreu

- a) ratificação em ambos os casos;
- b) conversão em ambos os casos;
- c) ratificação, no caso da portaria, e reforma, no caso do ato administrativo de concessão de férias;
- d) reforma em ambos os casos;
- e) reforma, no caso da portaria, e conversão, no caso do ato administrativo de concessão de férias.

33. O Estado da Bahia, por meio de licitação, contratou a empresa privada *Portti Construtora* para a edificação de uma ponte ligando o centro de lazer náutico *Bahia Marina* ao *Terminal Marítimo de Vera Cruz*. A empresa privada realizou modificações no orçamento da obra de engenharia, o que gerou um desequilíbrio econômico-financeiro do contrato a seu favor. Segundo a Lei n.º 14.133/2021, o dano causado ao patrimônio do Estado da Bahia pode ser chamado de:

- a) sobrepreço;
- b) sobrelucro;
- c) super rendimento;
- d) reajustamento;
- e) superfaturamento.

34. A Lei Estadual da Bahia n.º X estabeleceu, em seu artigo 20, parágrafo único, que os Juízes das Turmas Recursais serão substituídos em suas faltas, afastamentos, férias, licenças, ausências e impedimentos em conformidade com as regras aprovadas pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça. Em 04 de abril de 2023, o referido Órgão Especial publicou a Resolução nº Z, que trata da atuação de juízes suplentes no âmbito das Turmas Recursais dos Juizados Especiais do Estado.

Em relação aos poderes administrativos, a resolução citada decorre do poder:

- a) de polícia;
- b) vinculado;
- c) disciplinar;
- d) normativo;
- e) regimental.

35. Doquinha e Coxinha são servidores públicos, sendo o primeiro chefe do segundo. Ambos participaram de um evento interno de boas práticas na Secretaria Estadual de Segurança Pública do Estado da Bahia. Coxinha foi eleito o servidor que apresentou a melhor prática no evento. Doquinha, insatisfeito com o resultado, removeu Coxinha para uma cidade distante, com o objetivo de impedi-lo de participar futuramente de eventos similares. Neste caso, Doquinha:

- a) deveria ter obtido a aprovação da autoridade superior para realizar a remoção.
- b) agiu conforme suas competências legais e não praticou qualquer irregularidade.
- c) poderia ter efetuado a remoção, já que possui poder hierárquico para tal.
- d) só poderia ter realizado a remoção, com esse motivo, após a instauração de um processo administrativo.
- e) cometeu desvio de poder.

36. Bernardo, governador do Estado da Bahia, criou uma autarquia responsável pela execução dos trabalhos de limpeza pública e coleta de resíduos sólidos. No entanto, após dois anos de funcionamento, o governador, por meio de decreto, redirecionou a atuação da entidade para uma finalidade diferente daquela prevista na lei, com o objetivo de facilitar para que outra empresa privada de limpeza, líder de mercado e ligada ao seu sogro, pudesse atuar no Estado.

Com base no caso fictício em tela, podemos concluir que:

- a) Bernardo atentou contra os princípios administrativos da especialidade e da moralidade;
- b) Bernardo atentou contra os princípios administrativos da motivação e da isonomia;
- c) Bernardo atentou contra os princípios administrativos da legalidade e da igualdade;
- d) Bernardo atentou contra o princípio administrativo da indisponibilidade;
- e) Bernardo atentou contra o princípio administrativo da razoabilidade.

37. Cláudia Magalhães, prefeita de Salvador, é de família abastada ligada à empresa privada *Portti Construtora*, que já realizara diversas parcerias com o Estado da Bahia durante seus mais de 50 anos de atuação no mercado. Após surgirem indícios de que Cláudia cometeu atos de improbidade administrativa em seu segundo mandato como prefeita, referentes a licitações fraudulentas em obras pela capital, o cidadão Victor formulou representação contra a prefeita ao Ministério Público do Estado.

De acordo com a lei de improbidade administrativa (Lei Federal n.º 8.429/92), qual das alternativas abaixo é correta?

- a) Victor, por ser cidadão, não tem legitimidade para representar o caso às autoridades competentes, tendo apenas o Ministério Público da Bahia o direito de abrir inquérito;
- b) para evitar a ocorrência de novos ilícitos, o Ministério Público da Bahia tem o poder de determinar o afastamento de Cláudia de suas funções, sem a preservação de sua remuneração;
- c) é proibida a decretação de indisponibilidade do bem de família de Cláudia, a não ser que seja comprovado que o imóvel adquirido é fruto de vantagem patrimonial indevida;
- d) se Cláudia vier a falecer e ficar comprovado que ela causou prejuízos ao erário, seus herdeiros serão responsáveis integralmente pelos danos causados.
- e) caso comprovado enriquecimento ilícito por parte de Cláudia, as suas cominações serão, dentre outras, perda de função pública e multa civil equivalente ao valor do dano.

38. Em relação ao controle da Administração Pública, é possível afirmar que as empresas públicas:

- a) estão sujeitas ao controle externo do Poder Judiciário somente após o esgotamento das possibilidades de resolução pela via administrativa;
- b) não estão submetidas a nenhum tipo de controle externo por parte dos Poderes Executivo ou Legislativo, contudo, podem ser controladas pelo Poder Judiciário, de acordo com o princípio da segurança jurídica;
- c) não estão sujeitas a nenhum tipo de controle externo, visto que não fazem parte da Administração Direta e possuem personalidade jurídica de direito privado;
- d) estão sujeitas ao controle externo do Poder Executivo ao qual estão subordinadas, porém, não estão sujeitas ao controle dos Poderes Legislativo ou Judiciário, em respeito ao princípio da separação dos poderes;
- e) estão sujeitas ao controle externo exercido pelo Poder Legislativo, o qual é auxiliado pelo Tribunal de Contas.

39. De acordo com a Lei Estadual n.º 12.209/2011, que trata do processo administrativo no Estado da Bahia, considere as seguintes assertivas.

- I. A interpretação da norma administrativa deve priorizar o cumprimento do objetivo público que se destina, permitindo a aplicação retroativa de uma nova interpretação para atos que já foram publicados, desde que isso garanta um melhor atendimento ao fim público;
- II. Se o requerente morrer durante o processo, os prazos processuais só terão início a partir da data em que o sucessor for intimado da decisão que reconhece sua legitimidade;
- III. É garantida, em todas as instâncias, a prioridade no andamento dos processos administrativos e na execução dos atos e diligências em que o requerente ou interveniente tiver setenta anos ou mais, conforme regulamentação específica;
- IV. A motivação da decisão, mesmo que tomada por órgão colegiado ou comissão, deve estar registrada em uma ata ou documento escrito que fará parte do próprio ato;
- V. Na ausência de disposição específica, as autoridades competentes e os envolvidos no processo devem realizar seus atos no prazo máximo de 5 dias.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- a) I
- b) II e III
- c) II, III e V
- d) II e IV
- e) I, III e V

40. O regime jurídico administrativo se refere às peculiaridades do direito que se aplicam às relações entre o Estado e os cidadãos no exercício da função administrativa. Com base na doutrina tradicional, qual das alternativas abaixo representa uma característica do regime jurídico administrativo?

- a) A supremacia do interesse público sobre o interesse privado, permitindo que a Administração Pública atue de forma discricionária em todas as suas decisões.
- b) A Administração Pública deve observar os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, mas não está sujeita ao controle do Poder Judiciário.
- c) A existência de prerrogativas e restrições específicas para a Administração Pública, garantindo a observância do princípio da isonomia.
- d) A submissão da Administração Pública apenas às normas de Direito Público, excluindo-se a aplicação de normas de Direito Privado.
- e) A Administração Pública pode agir de acordo com sua conveniência e oportunidade, sem necessidade de fundamentar suas decisões.

41. Thales Oliveira, advogado que representa uma empresa pública estadual, recebeu um pedido de um dos diretores da empresa para emitir um parecer sobre a possibilidade de celebrar um contrato na área de fomento à indústria criativa. Com base na doutrina de Direito Administrativo, que trata da classificação dos atos administrativos quanto aos seus efeitos, o parecer subscrito pelo advogado tem natureza de ato administrativo:

- a) enunciativo, que se baseia em um julgamento de valor, mas que ainda depende de outros atos decisórios para ser efetivado;
- b) constitutivo, que tem o poder de modificar uma relação jurídica existente, seja criando novos direitos, alterando direitos existentes ou extinguindo direitos previamente estabelecidos;
- c) declaratório, que tem o poder de afetar uma relação jurídica ao declarar, modificar ou extinguir direitos;
- d) não autoexecutório, que não pode ser executado até que seja aprovado pela maioria dos membros da diretoria-geral;
- e) revogável, que se caracteriza por poder ser revogado somente pela autoridade solicitante, caso não concorde com seu conteúdo.

42. Assinale a alternativa correta sobre a descentralização por colaboração.

- a) ocorre quando a Administração Pública transfere a responsabilidade pela execução de um serviço público para uma pessoa jurídica de direito privado, por meio de um contrato ou de um ato administrativo unilateral;
- b) acontece quando é outorgada a outros órgãos funções da entidade administrativa específica, com o objetivo de aumentar a eficiência;
- c) ocorre quando uma lei específica transfere a titularidade de um serviço público para uma pessoa jurídica de direito público, sem que o cedente tenha influência sobre as atividades realizadas;
- d) acontece quando as organizações paraestatais firmam um acordo com a Administração Pública por meio de termo de cooperação e se tornam parte da administração indireta;
- e) acontece quando a Constituição confere a um ente específico a responsabilidade de exercer suas próprias atribuições de maneira autônoma em relação ao ente central.

43. A recente lei de licitações nº 14.133/21, sobre contratos administrativos, apresenta diferentes regimes de execução, também conhecidos como empreitadas. Assinale a alternativa correta que abrange todos os regimes previstos na nova lei.

- a) Empreitada por preço unitário; Empreitada integral; Empreitada por mão de obra especializada; Fornecimento e prestação de serviço associado.
- b) Contratação integrada; Empreitada por serviços especializados; Empreitada por serviços gerais; Contratação por serviço associado.
- c) Fornecimento de serviços intelectuais; Empreitada por mão de obra especializada; Contratação por hora; Contratação por serviço associado.
- d) Empreitada por preço unitário; Contratação por serviço associado; Empreitada por mão de obra especializada; Contratação integrada.
- e) Empreitada por preço unitário; Empreitada por preço global; Empreitada integral; Contratação por tarefa; Contratação integrada; Contratação semi-integrada; Fornecimento e prestação de serviço associado.

44. Gael, servidor municipal da Secretaria de Urbanismo de Salvador, realizava ação de vistoria no centro da cidade em estabelecimentos comerciais. Durante a inspeção, o servidor constatou que a Churrascaria *La Cabrera* desrespeitava o espaço mínimo para circulação de pedestres na calçada, devido à disposição de mesas e cadeiras que excediam 15 centímetros do estipulado na lei. Percebendo a infração, Gael e seus colegas fiscais autuaram o estabelecimento determinando a sua interdição e, por conseguinte, recolheram as mesas e cadeiras.

Considerando o caso fictício em tela, assinale a afirmativa correta.

- a) não é possível apresentar uma defesa na esfera administrativa ou judicial devido ao exercício legítimo da autotutela administrativa;
- b) pode-se apresentar impugnação na esfera administrativa ou judicial para discutir as restrições ao exercício do poder de polícia, tais como a observância dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade;
- c) não é cabível a apresentação de defesa na esfera administrativa ou judicial em relação ao poder de polícia, uma vez que esse poder é considerado imune a qualquer tipo de controle;
- d) pode-se oferecer impugnação administrativa ou judicial, uma vez que o poder de polícia exercido pela fiscalização municipal não possui a característica da autoexecutoriedade, ou seja, não pode ser executado sem a necessidade de intervenção do Poder Judiciário;
- e) pode-se impugnar administrativa ou judicialmente, já que o exercício da autotutela administrativa só é possível após a garantia do contraditório e da ampla defesa.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Elisabete Moreira

45. O desenho estrutural clássico, composto de departamentos especializados e de uma forte coordenação é o mais adequado para uma organização que atua num mercado estável, com poucas mudanças e inovações. Nesse caso, é correto afirmar que uma das principais características desse tipo de estrutura é:

- a) foco em resultado
- b) linhas horizontais de controle.
- c) flexibilidade decisória.
- d) baixa amplitude de controle.
- e) enriquecimento vertical dos cargos

46. O presidente de um órgão público constatou que a área de licitações apresentava relatos de muitos erros que acabam gerando atrasos nos processos licitatórios. Ao procurar entender a situação, verificou que os servidores lotados na área estavam desmotivados e pouco engajados. Uma das primeiras providências foi nomear um novo diretor que tivesse histórico de boa performance no trato com os servidores. Nesse caso, a função administrativa precípua a ser desempenhada pelo diretor da área de licitações deveria ser:

- a) Dividir os recursos e as tarefas, bem como autoridade entre os membros.
- b) Planejar melhor os objetivos e as estratégias para alcançar os resultados desejados.
- c) Monitorar e controlar os resultados alcançados pelos servidores.
- d) Direcionar os servidores para o desenvolvimento de suas atividades.
- e) Corrigir os erros cometidos pelos servidores para que eles se sentissem mais motivados.

47. Planejamento, Organização, Direção e Controle (PODC) são quatro funções administrativas que formam o processo organizacional. O tipo de planejamento responsável por elaborar os cronogramas específicos, os métodos, procedimentos, normas, metas e programas é o

- a) Planejamento Operacional.
- b) Planejamento Tático.
- c) Planejamento Estratégico.
- d) Planejamento Consolidado.
- e) Planejamento Situacional.

48. Uma ferramenta muito utilizada na gestão de projetos é a rede PERT/CPM, que indica o tempo de um projeto e o caminho crítico. Este último representa

- a) o caminho composto por uma atividade que impede que existam duas ou mais atividades com início e fim nos mesmos eventos.
- b) o caminho composto por atividades de menor tempo e de maior criticidade de um projeto.
- c) o caminho composto por atividades de maior tempo e que determinam a menor duração do projeto.
- d) o caminho composto por atividades de menor tempo e que determinam o maior tempo de duração de um projeto.
- e) o caminho composto por atividades de maior tempo e de maior duração de um projeto.

49. Com relação à gestão de projetos, analise o que se segue

- I. O gerente responsável pela administração de um portfólio conduz uma parte menor de um projeto da empresa.
- II. O gerenciamento de um projeto, esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo, implica o estabelecimento de objetivos claros e alcançáveis.
- III. A sequência de atividades programadas com o compromisso de fornecer um resultado que não produza mudança é um exemplo de projeto, pois há encadeamento lógico entre as diferentes etapas de produção.

É correto o que consta APENAS em

- a) I e III.
- b) I.
- c) I e II.
- d) II.
- e) I, II, III

50. O processo de organização segue alguns princípios básicos e exige que se tomem decisões acerca de certos elementos, entre eles:

- a) especialização do trabalho e amplitude de controle.
- b) missão e visão organizacionais.
- c) cultura organizacional e sistemas de gestão.
- d) divisão de tarefas e definição de metas.
- e) estrutura e estratégia organizacionais.

51. O Guia de Gestão de processo do Governo na visão da SDPS - *Society for Design and Process Science* - descreve o nível de maturidade no qual as Instituições públicas são avaliadas de acordo com as práticas de gestão de processos, sendo que:

- a) no nível 1, modelados, os processos são realizados conforme os modelos desenhados, permitindo novas adequações.
- b) no nível 2, padronizados, os processos são executados de maneira ad hoc.
- c) no nível 3, emulados, o desempenho dos processos é gerenciado estatisticamente durante a execução de todo o workflow.
- d) no nível 4, simulados, os processos são realizados depois de padronizado e emulado.
- e) no nível 5, interoperado, os processos são integrados a outros processos externos, geridos além das fronteiras organizacionais.

52. O processo de avaliação de desempenho permite treinar, desenvolver e colocar as pessoas nos cargos adequados. O método que se utiliza de frases qualitativas, que reduz o efeito halo e de tendência central; e o método composto de uma avaliação preliminar, complementar, planejamento e acompanhamento das ações, são denominados, respectivamente:

- a) comparação em pares e pesquisa de campo
- b) incidentes críticos e escolha forçada.
- c) pesquisa de campo e incidentes críticos.
- d) escala gráfica e pesquisa de campo
- e) escolha forçada e pesquisa de campo.

53. A motivação é uma força intrínseca do indivíduo, explicada por meio de várias teorias desenvolvidas, cada uma apresentando uma faceta do comportamento humano. Nesse caso, considere as seguintes afirmativas:

I. A teoria da expectativa, criada por Vroom, defende que as pessoas são motivadas por realização, poder e afiliação.

II. McClelland, afirma que as pessoas são motivadas por necessidades adquiridas quando acreditam que podem realizar uma tarefa e que as recompensas dela advindas valem o esforço.

III. Objetivos atingíveis, difíceis e aceitos motivam os funcionários a terem um comportamento dirigido ao alcance do objetivo almejado.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II e III
- b) I
- c) II
- d) III
- e) I e III

54. Um determinado empregado, com pouco tempo de empresa, acaba de assumir a chefia da área de operações e sua promoção foi vista com insatisfação pelos colegas da nova área. Além disso, esse novo chefe entende que terá pouca liberdade para recompensar ou punir os membros da equipe, fator que pode dificultar o seu trabalho. Os membros da equipe são especialistas em suas áreas de atuação e realizam um trabalho bastante valorizado pela empresa. Pelo modelo contingencial de liderança de Fiedler, na situação descrita, o estilo de liderança mais eficaz seria:

- a) orientado para o relacionamento;
- b) orientado para a tarefa;
- c) transacional;
- d) transformacional;
- e) apoiador.

55. Herbert Simon aponta que o processo decisório no âmbito das organizações pode ocorrer por dois tipos de decisões:

- a) programadas, que refletem o comportamento padrão da organização; e inovadoras, decorrentes de processo de construção coletiva.
- b) autocráticas, tomadas pelo gestor sem a participação dos envolvidos; e participativas, decorrentes de processo de construção coletiva.
- c) individuais, tomadas pelo responsável pela solução de um problema isolado; consensuais, que refletem o consenso na organização;
- d) programadas, tomadas por meio de um conjunto de normas preestabelecidas; e não programadas, que não comportam soluções padronizadas.
- e) consultivas, que envolvem a participação de funcionários da organização; e autônomas, que envolvem um único indivíduo da organização.

56. Nas últimas décadas, visando adaptar a Administração Pública às mudanças da sociedade, novos conceitos e práticas de gestão, relacionadas ao modelo gerencial, vêm sendo adotadas pelos governos, à exemplo da Gestão por Resultados, da questão da governabilidade, governança, governança corporativa, entre outros. Assinale a opção que indica uma premissa discutida nos tempos atuais

- a) As eleições e o voto são mecanismos de accountability horizontal.
- b) Uma alta demanda social por accountability afeta, negativamente, a capacidade de governança.
- c) A legitimidade, relacionada a titularidade do cargo, está relacionada à governabilidade.
- d) Instâncias responsáveis pela fiscalização das prestações de contas contribuem para o desempenho da accountability vertical.
- e) Uma boa governabilidade garante uma boa governança.

57. A gestão por resultados na administração pública depende de um conjunto integrado de fatores, de natureza institucional, comportamental, entre outros, cuja implementação será prejudicada caso o modelo:

- a) represente efetivamente como os indivíduos serão avaliados;
- b) preveja uma orientação normativa;
- c) contemple elementos que proporcionem estabilidade e grem hábitos.
- d) esteja sintonizado com crenças e valores da organização;
- e) expresse uma decisão estritamente técnica.

58. O governo voltado para resultados, adotado no modelo gerencial, caracteriza-se como um governo que pertence à comunidade, que significa:

- a) Aproximando-se do modelo tradicional burocrático, o governo voltado para resultados pretende controlar a economia, possuir empresas ou concentrar-se no “fazer” em ampla escala, estimulando a ação e a parceria da sociedade.
- b) A ação catalisadora do governo voltado para resultados promove a atuação conjunta dos setores público, privado e voluntário.
- c) A gestão de resultados no setor público pressupõe a hierarquia de decisão e a responsabilização.
- d) O modelo de resultados possui foco na ação empresarial com o propósito de geração de lucros para a administração pública, a exemplo da exploração de atividades econômicas pelas empresas estatais.
- e) A gestão voltada para resultados fundamenta-se no aumento da produtividade e do rendimento das empresas públicas, de modo a gerar maior receita para o Estado.

59. Ao lançar o modelo de excelência em gestão, Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) produziu um referencial para o aprimoramento da gestão nas organizações, comportando também, com as devidas adaptações, aplicação à Administração pública,

- a) somente aplicável a pessoas jurídicas de direito privado, ou seja, empresas públicas ou sociedades de economia mista.
- b) parcialmente aplicável, não comportando adoção dos critérios de excelência preconizados pela Fundação.
- c) não admite premiação da administração pública, eis que o sistema de pontuação da FNQ somente é aplicável a instituições privadas.
- d) permite afastar a incidência do regime jurídico próprio da Administração, para efeito de alcance de metas da Fundação.
- e) deve estar alicerçada nos princípios aplicáveis à Administração pública e nos fundamentos próprios da gestão de excelência contemporânea.

60. A gestão pública vem passando por grandes transformações no que se refere ao gerenciamento de seu quadro de pessoal. O principal limite a uma adequada gestão das pessoas no setor público brasileiro é:

- a) o controle total das elites patrimonialistas sobre as carreiras de Estado.
- b) a falta de estruturas de cargos e carreiras nos órgãos voltados para a gestão e planejamento de recursos humanos.
- c) a inexistência de uma política salarial e de incentivos ao desempenho dos níveis gerenciais.
- d) a rigidez da estrutura de cargos e carreiras e a complexidade da legislação de pessoal no setor público brasileiro.
- e) o clientelismo e a corrupção nas funções operacionais e nos quadros terceirizados da administração pública em todas as esferas de governo.

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
